VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO**ERRATA DO TERMO ADITIVO**

Referente ao 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022 – GVG, Publicado no diário oficial nº 35.689 de 24 de janeiro de 2024.

Onde se lê: Data da Vigência: 21/12/2024 a 20/12/2025

Leia-se: Data da Vigência: 21/01/2024 a 20/01/2025

Protocolo: 1035245

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**PORTARIA****Portaria Nº 081/2024-PGE.G., de 25 de janeiro de 2024.**

O Procurador-Geral do Estado no uso das suas atribuições legais e...

CONSIDERANDO a Lei N.º 9.571, de 02.05.2022, que Reestrutura a carreira de Apoio da Procuradoria-Geral, instituindo no Art. 14, as regras para concessão da Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria – GDAP;

CONSIDERANDO que a avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo no alcance das metas organizacionais, conforme expressa os §§ 1º e 2º, do Art. 14, da citada Lei;

CONSIDERANDO que o objetivo das metas organizacionais deve estar alinhado com as diretrizes contidas no Planejamento Estratégico da PGE-PA; CONSIDERANDO ainda, a necessidade de permanente aprimoramento profissional e pessoal dos servidores e do uso racionalizado dos recursos institucionais, é que

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar para 2024, as seguintes metas institucionais:

I- Desenvolver competências dos servidores da atividade-meio: cada servidor deverá comprovar, até 30 de novembro, ≥ 50h/ano de capacitação, as quais poderão ser acumuladas ao longo do ano, observando-se as seguintes condições:

a) ≥10h/ano serão contabilizadas a partir das certificações provenientes da participação em eventos voltados à qualidade de vida no trabalho promovidos pela ESAP;

b) ≥40h/ano serão obtidas das certificações emitidas pela ESAP, sendo opcional o/a servidor/a participar de eventos de capacitação oferecidos externamente, desde que o conteúdo da capacitação apresente aderência às competências funcionais, neste caso, havendo custos, cabe ao servidor incumbir-se do pagamento;

c) servidores/as que estiverem de licença maternidade ou licença saúde, em período ininterrupto e/ou igual ou superior a um terço do ano, ficam desobrigados a concorrer para o cumprimento das metas institucionais de capacitação, salvo o livre arbítrio;

II- Dar continuidade à implementação do Planejamento Estratégico 2023/2024

a) fortalecer a comunicação interna, com a elaboração de tutoriais sobre a missão de cada setor/unidade de trabalho;

b) determinar que todos os setores mantenham a meta relativa ao mapeamento dos principais processos e o respectivo fluxograma.

Art. 2º - Atribuir ao Nuplan e à Coad, a responsabilidade pela condução das ações de implementação do Planejamento Estratégico (PE), com auxílio do Comitê Gestor;

Art. 3º - Incumbir a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP), Coordenadoria Administrativa e a Gerência de Recursos Humanos, a organização, realização e certificação de eventos de capacitação e/ou atualização de conhecimentos dos servidores administrativos, sem ônus para os servidores;

Art. 4º - Encarregar as Coordenadorias, Diretorias, Chefias de incentivar os servidores a participarem das ações de capacitações e coordenar a execução das metas setoriais;

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

RICARDO NASSER SEFFER

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 1034931

Portaria Nº 80/2024-PGE.G., 24 de janeiro de 2024.

A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico 2024/2018938

RESOLVE:

CONCEDER, à servidora Lêda Lopes da Silva Santos, Assessora, identidade funcional nº 5926386/3 e CPF nº 539.971.905-34, suprimimento de fundos no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

25101.03.122.1297.8338 - 339039 - R\$ 3.000,00

25101.03.122.1297.8338 - 339030 - R\$ 1.000,00

O prazo para aplicação deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, após o término da aplicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 1034823

Portaria Nº 79/2024-PGE.G., de 24 de janeiro de 2024.

A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...

RESOLVE:

CONCEDER 14 (quatorze) dias de residual de férias à Procuradora do Estado Christianne Sherring Ribeiro, id. funcional nº 5819156/1, no período de 26.01.2024 a 08.02.2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 1034853

OUTRAS MATÉRIAS**Resolução 001-CG, de 12 janeiro de 2024**

A corregedoria-geral da procuradoria-geral do estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12, XII da Lei Complementar Estadual 41/02 e do artigo 14, XIII do Decreto Estadual 1.395/21,

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Estágio Probatório dos Procuradores do Estado do Pará.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO PARÁ**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O estágio probatório dos Procuradores do Estado será acompanhado e avaliado pela Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º O estágio probatório tem por finalidade avaliar a aptidão e a capacidade do avaliado para o desempenho do cargo e terá duração de 3 anos, contados da data de entrada no exercício do cargo.

Art. 3º A fim de subsidiar a avaliação, o Procurador avaliado deverá apresentar à Corregedoria-Geral, durante o estágio probatório, a cada período de avaliação anual, relatório de atividades desenvolvidas, na forma do art. 5º deste Regulamento.

CAPÍTULO II**DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

Art. 4º Durante o período de avaliação, o Procurador será notificado pela Corregedoria-Geral, pessoalmente ou por meio eletrônico, até 30 (trinta) dias após completar cada período anual, para apresentar relatório de atividades realizadas e/ou de peças exclusivamente por si elaboradas no período, na forma do art. 6º deste regulamento.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o caput deverá ser apresentado pelo avaliado via Processo Administrativo Eletrônico (PAE) para a caixa da Corregedoria-Geral, no prazo de 30 dias a contar do recebimento da notificação.

Art. 5º O relatório de atividades a que se refere o artigo anterior deverá conter:

I - histórico da atuação do Procurador no período de avaliação, indicando as suas lotações;

II - documentos e informações sobre licenças e afastamentos do período avaliado;

III - relação de, no mínimo, 20 processos em que tenha atuado no período em referência, informando as providências adotadas;

IV - lista das reuniões, comissões, grupos de trabalho e eventos similares de que tenha participado no interesse do serviço público;

V - informações sobre cargos em comissão ou designações para responder por chefia; e

VI - rol de participações em cursos, seminários, debates, simpósios, congressos, ciclo de estudos ou eventos promovidos pela Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. Quando as funções exercidas pelo avaliado não demandarem a produção de peças, ou estas forem repetitivas, permanece o dever de apresentar o relatório detalhando os atos praticados, esclarecendo o que foi desenvolvido nos referidos processos e registrando as contribuições para o aprimoramento dos trabalhos da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 6º Além do relatório a que faz menção o artigo anterior, o Procurador deverá apresentar 5 peças elaboradas exclusivamente por ele, escolhidas entre petições protocoladas nos autos de processos judiciais, peças consultivas e despachos fundamentados.

Art. 7º Os Procuradores em estágio probatório que ocupem cargo de provimento em comissão com natureza de direção e chefia, por período igual ou superior a 30 dias, sem prejuízo da apresentação do disposto nos artigos 5º e 6º desta Resolução, serão avaliados com base nos seguintes critérios:

I - competência gerencial;

II - competência técnica;

III - competência interpessoal; e

IV - disciplina.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput deste artigo será realizada pela chefia superior imediata, sem prejuízo de avaliação pelo Procurador-Geral do Estado e/ou do respectivo Procurador-Geral Adjunto.

Art. 8º O relatório de atividades será encaminhado ao Corregedor-Geral, que deverá encaminhá-lo ao Corregedor-Relator, previamente designado por sorteio, para relatar o procedimento de avaliação anual do estágio probatório do Procurador.

Parágrafo único. Após a avaliação da chefia imediata e da oitiva do avaliado, conforme previsão contida no artigo 10 do presente Regulamento, o Corregedor-Relator apresentará o relatório de avaliação anual do estágio probatório no prazo de 30 dias, prorrogáveis pelo presidente da Corregedoria, mediante pedido motivado.

Art. 9º O Corregedor-Relator deverá proceder à avaliação, por amostragem, em 5 processos judiciais e/ou administrativos, além daqueles indicados no relatório apresentado, nos quais o Procurador avaliado tenha atuado no período em referência.